

UM FEMINISMO PARA ALÉM DAS FLORES

A FEMINISM BEYOND FLOWERS

Débora de Faria Maia ¹

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo. 1ª Ed. Boitempo, 2019. 113f.

“Um grito feminista libertário, anticapitalista, complexo e em construção” define Joênia Wapichana ao caracterizar o significado deste manifesto para os 99%. As autoras Cinzia Arruzza ², italiana, Tithi Bhattacharya ³, indiana, e Nancy Fraser ⁴ nascida nos EUA, são renomadas professoras e pesquisadoras feministas. As autoras partem de um poderoso movimento que avançou pela América Latina, espalhando-se para países como Espanha, Itália, Turquia e Estados Unidos, no ano de 2016, as greves feministas. Diante da onda conservadora que assola o mundo em relação às últimas eleições de 2018, trazendo o foco para os EUA e o Brasil, as mulheres de todo o mundo se unem contra a exploração capitalista de seus corpos e os avanços da violência de gênero e raça.

Dividido em onze capítulos ou “teses”, as autoras validam o que afirmam ser: um feminismo libertário, emancipacionista, antirracista, anti-imperialista e, reforçadamente, anticapitalista, que se sobrepõem aos feminismos hegemônicos liberais do norte global, já extensamente criticados pelas feministas decoloniais, tais como María Lugones (2014). Para ela, esses feminismos negligenciaram a inseparabilidade dos processos de racialização dos corpos das mulheres localizadas territorialmente no sul global, ou comumente conhecido como “países de terceiro mundo”, com relação aos avanços do sistema capitalista. As mulheres brancas, burguesas, heterossexuais universalizaram suas experiências e definiram uma unidade de essência do “ser mulher” reducionista e ficcional. As autoras promovem uma prática feminista que

¹ Mestranda em História, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG), Brasil. E-mail: debora.maia06@hotmail.com.

² “Cinzia Arruzza foi uma das principais organizadoras da Marcha Internacional das Mulheres nos Estados Unidos. Além de professora de Filosofia na *New School for Social Research*, é ainda membro do coletivo editorial *Viewpoint Magazine*.” Disponível em: < <https://is.gd/UsljPw> > Acesso em: out/2020.

³ “Tithi Bhattacharya é Professora Associada de História do Sul da Ásia e Diretora de Estudos Globais da *Purdue University*. (...) Ativista de longa data pela justiça palestina. Escreve extensivamente sobre a teoria marxista, gênero e a política da islamofobia”. Disponível em: < <http://www.tithibhattacharya.net/biography> > Acesso em: out/2020.

⁴ “Nancy Fraser é uma teórica crítica feminista norte-americana. (...) Desde 1995 é professora de filosofia e política na *New School for Social Research*”. Disponível em: < <https://is.gd/edglvc> > Acesso em: out/2020.

engloba as realidades concretas das mulheres e suas demandas imediatas, ou seja, um feminismo para além das flores, que luta pelo pão e pela vida.

De maneira sucinta e entusiástica, as autoras elaboram as teses seguindo a linha de raciocínio na concatenação das principais pautas que englobam a prática feminista dos 99%, termo utilizado para se referir aos desprovidos de voz, subalternizados, aos corpos racializados, às mulheres trabalhadoras e aos dissidentes sexuais que se veem prejudicados com o sistema capitalista neoliberal que beneficia apenas 1% da população mundial. Na primeira tese: “Uma nova onda feminista está reinventando a greve”, as autoras contextualizam os movimentos de mulheres a favor do aborto e contra os feminicídios, situando aspectos positivos do que algumas feministas brasileiras, tais como Heloisa Buarque de Hollanda (2018), já estão caracterizando como a “Quarta Onda Feminista”, sendo o engajamento nas redes sociais com as famosas *hashtags*. Essa situação ocorreu com o movimento #NiUnaMenos, por conta do assassinato de Lúcia Perez na Argentina, em 2016. As autoras reforçam que as greves demonstram o potencial político de organização das mulheres.

A principal denúncia feita por este manifesto, além da exploração capitalista dos corpos das mulheres subalternizadas e racializadas, e no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, em cujo sistema capitalista atribui a reprodução social como encargo feminino, nos adverte acerca da emergente cooptação do neoliberalismo em relação aos movimentos feministas e a ascensão de um “populismo

reacionário”. Nesse momento, a segunda tese: “O feminismo liberal está falido. É hora de superá-lo” envolve uma crítica potente ao conhecido “feminismo liberal”, ou compreendido pelas autoras como “feminismo burocrático”, “corporativo”, que se alinha aos interesses meritocráticos e competitivos dos sistemas de poder patriarcal capitalista. O lema do “faça acontecer” e o “empodere-se”, facilmente absorvidos pela indústria cultural do neoliberalismo, resulta numa prática que engloba poucas mulheres e promove uma ascensão individualista e meritocrática.

Logo, a terceira tese nos elucida um dos princípios mais fervorosos do feminismo para os 99%, ao apontar: “Precisamos de um feminismo anticapitalista – um feminismo para os 99%”. As autoras abrangem um movimento que envolva as mulheres imigrantes, mulheres *queer*, trans, racializadas, pobres e trabalhadoras. Um manifesto que afirma ser preciso transformar o sistema capitalista que impele barreiras à justiça social e reforça nas sociedades as hierarquias de gênero atreladas às opressões de raça e classe. É preciso reorganizar a noção de trabalho doméstico e garantir que programas sociais e serviços públicos garantam a segurança das mulheres.

A quarta tese aponta para uma realidade alarmante, direcionando que: “Vivemos uma crise da sociedade como um todo – e sua causa originária é o capitalismo”. Nesta parte, as autoras apontam uma crise da sociedade que se encontra em todas as instâncias da vida. Esta crise tem sua base no sistema capitalista “brutalmente predatório”. Elas nos advertem que tanto os movimentos ativistas de direita

como os movimentos da chamada “resistência progressista”, muitas vezes, não direcionam o seu foco contra o sistema. Os chamados “protetores” neoliberais estão na espreita desses projetos, cuja transformação social não é igualitária. A quinta tese: “A opressão de gênero nas sociedades capitalistas está enraizada na subordinação da reprodução social à produção que visa ao lucro. Queremos subverter as coisas na direção certa”, resume uma das mais importantes propostas de reflexão deste livro. Nesse momento, as autoras elucidam que o sistema capitalista tem em sua base a opressão de gênero, sendo que, nas inúmeras adaptações do sistema capitalista, modelos ditos “modernos” de sexismo também se sustentam e se reestruturam imersos na perversa cultura neoliberal e nos rearranjos familiares que beneficiam o capital.

O trabalho de reprodução social é uma atividade de vital importância, alocadas como funções predominantemente “femininas” atreladas ao cuidado e a manutenção da vida, um trabalho marcado também pela divisão racial. As autoras evidenciam a situação das mulheres racializadas que vendem seu trabalho a baixos custos para grupos majoritariamente do norte global e predominantemente brancos. Sobre as imbricações entre raça e sexismo, me remeto a Lélia Gonzáles (1984), intelectual e ativista brasileira, que denunciava os perversos e violentos processos de colonização pelos quais atravessou o Brasil, de imediato situando a mulher negra brasileira nas estruturas racistas e sexistas exploratórias do capitalismo, o que mais adiante o movimento feminista negro brasileiro, com um de

seus expoentes, Sueli Carneiro (2003), iria evidenciar como a “dupla subvalorização”, a racial e de gênero.

Desse modo, sob o título: “A violência de gênero assume muitas formas, sempre enredadas nas relações sociais capitalistas. Prometemos combater todas elas”, a sexta tese engloba as origens dessas opressões, onde as autoras apontam para o sistema social capitalista e a maneira como essa estrutura usa da violência de gênero reproduzindo as inúmeras formas de dominação masculina e patriarcal, desde o âmbito do lar ao mercado de trabalho em benefício do capital. Um ponto positivo desta abordagem é a variabilidade das violências contra as mulheres atravessadas pelos contextos históricos da colonização, momento em que as autoras interseccionam o olhar para a raça e a classe, evidenciando que os estupros direcionados às mulheres racializadas tinham o pretexto de “correção” e “controle”.

Na sétima tese: “O capitalismo tenta regular a sexualidade. Nós queremos libertá-la”, as autoras apresentam alternativas de rompimento com as práticas subalternizantes, envolvendo a luta das pessoas LGBTQ+ pelos direitos sexuais e pela vida. O neoliberalismo estabelece uma prática heteronormativa de sexualidade, nega a variabilidade das práticas sexuais ao longo da história. Esses “modos de regulação burgueses” são legitimados pelo Estado neoliberal, que reconhece medidas de segregação e sanciona barreiras à liberdade sexual, incitando a homofobia e a transfobia. Nesse momento, as autoras nos reforçam que muitas vezes se estabelecem medidas revestidas de “progressismo”, mas que comportam os mesmos “valores capitalistas” consumistas e

heteronormatizadores do sistema, cooptando e despolitizando os movimentos sociais, negros e feministas com “falsas liberdades”.

A oitava tese: “O capitalismo nasceu da violência racista e colonial. O feminismo para os 99% é antirracista e anti-imperialista” envolverá o debate acerca das teorias e práticas racializantes que hierarquizam a sociedade dentro do sistema imperialista. Ao situar a violência colonial atrelada ao sistema capitalista e ao imperialismo, as autoras evidenciam os grupos étnicos minoritários e as opressões atreladas a uma ótica eugenista de superioridade branca que incide nas sociedades coloniais. As autoras indagam acerca das sufragistas brancas dos EUA no século XIX, cujos discursos eram atravessados por um racismo explícito contra homens e mulheres negros e destacam os movimentos feministas liberais que são facilmente cooptados pelo capitalismo, assíduos reprodutores da lógica da colonização e legitimadores da expropriação do trabalho de pessoas racializadas, como os povos indígenas e negros.

Contudo, as autoras não mencionam os processos históricos e excludentes da experiência colonial dos países latino-americanos, em muitos aspectos universalizando o capitalismo como um sistema que instaura uma ordem social totalizante e una. Chegam a pontuar a experiência colonial na Índia, o *apartheid* na África e mencionam o colonialismo de forma genérica para falar das influências que incidem na divisão internacional do trabalho. Situam que o racismo, imperialismo e etnonacionalismo são as bases para o controle dos corpos das mulheres, cujas opressões variam, conforme

as autoras, no que acrescento às reflexões feitas pelas feministas decoloniais (Cf. LUGONES, 2014), para as quais, além de anti-imperialista, esse feminismo dos 99% deve se comprometer com a luta anticolonial e compreender as particularidades dos países latino-americanos como o Brasil, onde o capitalismo está estruturado sob um “sistema mundo colonial moderno”, cujas relações interpessoais estão calcadas nas colonialidades do poder, saber, ser e gênero.

Em sua nona tese: “Lutando para reverter à destruição da Terra pelo capital, o feminismo para os 99% é ecossocialista”, as autoras introduzem uma abordagem particularmente nova a respeito dos males do capitalismo em relação ao ecossistema pela perspectiva feminista. Ao apontarem a força de trabalho das mulheres situadas em zonas rurais nos países do Sul Global, responsabilizadas pelo sustento de suas famílias e a subsistência de suas comunidades, evidenciam que estão sujeitas ao que denominaram de “racismo ambiental”, ou seja, precarização da vida, da alimentação, desgaste do corpo e envenenamentos em massa. Em sua décima tese: “O capitalismo é incompatível com a verdadeira democracia e a paz. Nossa resposta é o internacionalismo feminista”, as autoras apontam para a desilusão em relação aos governos e partidos que funcionam a serviço do capital. Uma democracia cujo sistema capitalista aliena as tomadas de decisão coletivas, induzindo-nos à competitividade em lógicas de poder cada vez mais individualistas. Uma estrita divisão entre o Norte e o Sul global é o retrato desta democracia incompleta e desarticulada, envolta pelas estruturas neoliberais.

Por fim, na décima primeira tese: “O feminismo para os 99% convoca todos os movimentos radicais a se unir em uma insurgência anticapitalista comum”, políticas de coalizão são o foco das autoras. Refletir sobre como o capital engessa divisões na sociedade, rearticulando as desigualdades e interferindo nas relações subjetivas, culturais e nas práticas sexuais é o princípio de uma liberdade crítica. As pautas transformadoras da sociedade, segundo as autoras, passam pela identificação dos cúmplices do capitalismo e a solidificação dos laços entre minorias étnicas, LGBTQIA+ e mulheres trabalhadoras. O “Feminismo para os 99% - Um Manifesto” é um grito de libertação para as mulheres e minorias oprimidas pelo sistema capitalista colonial moderno. Ele representa uma alternativa para as mulheres de todo o globo, em que destaco como grande ponto positivo a prioridade por uma análise interseccionada: gênero, classe e raça/etnia.

LUGONES, Maria. *Rumo a um feminismo descolonial*. Estudos Feministas. Santa Catarina. 22(3): 320, p. 935- 952, set.-dez. 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. Revista Estudos Avançados. São Paulo. 2003, pp. 117-132.

GONZÁLEZ, Lélia. *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje. Rio de Janeiro. Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.